



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Agravo Regimental nº 0301106-7**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Antônio Figueiredo Guerra Beltrão

**Agravado:** Pedro Buril Saraiva Lins

**Advogado:** Bruna Campelo Dionísio

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

EMENTA: DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL EM DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA EM MANDADO DE SEGURANÇA. APROVAÇÃO EM CONCURSO VESTIBULAR PERANTE A UFPE. CANDIDATA MENOR DE 18 ANOS SEM ENSINO MÉDIO COMPLETO. EXAME SUPLETIVO REGIME ESPECIAL. DIREITO LÍQUIDO E CERTO. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO POR MAIORIA.

1. Depreende-se dos autos que o edital do certame, Vestibular 2013 da UFPE, estabelece como item obrigatório que o candidato tenha cursado e apresente certificado de conclusão do Ensino Médio, mas não exige a idade mínima de 18 anos para ingresso na universidade, e por outro lado, aos candidatos ao Exame Supletivo, constitui causa eliminatória do processo seletivo a idade mínima de 18 anos completos na data da matrícula, de forma que o candidato não incluído nesta faixa etária no momento da matrícula estaria automaticamente excluído, como no caso em apreço.

2. No caso em concreto, por analogia, observa-se que o critério eliminatório fixado no edital não se mostra razoável e proporcional ao alcance do interesse público, uma vez que o fato da agravada mesmo não tendo 18 (dezoito) anos de idade, caso apresentasse o certificado de conclusão de Ensino Médio, estaria apta a cursar qualquer dos cursos ofertados pela Universidade Federal de Pernambuco, como previsto no instrumento convocatório do certame com base na Lei nº 9.394/96). Contrariamente, por outra banda, não possui direito a se submeter ao Exame Supletivo, por não ter 18 anos completos, o que se concluiu que o fator idade não tem o condão de impedir o bom desempenho das atribuições atinentes ao curso disputado na Universidade Federal de Pernambuco, e é causa incapacitante para cursar o Supletivo.

3. Agravo Regimental improvido, por maioria de votos.



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do Agravo Regimental nº 0301106-7, em sessão realizada no dia 25/04/2013, ACORDAM os Desembargadores integrantes do Segunda Câmara de Direito Público deste Tribunal de Justiça, em negar-lhe provimento por maioria de votos, nos termos do relatório e voto constantes dos autos, que ficam fazendo parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 25/04/2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Agravo Regimental nº 0301106-7**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Antônio Figueiredo Guerra Beltrão

**Agravado:** Pedro Buril Saraiva Lins

**Advogado:** Bruna Campelo Dionisio

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**RELATÓRIO**

Trata-se de Agravo Regimental interposto contra a decisão interlocutória prolatada nos autos do Mandado de Segurança nº 00015494-97.2013.8.17.0001, impetrado por PEDRO BURIL SARAIVA LINS, em face do Diretor do Centro de Supletivo da Secretaria de Educação do Estado de Pernambuco, o qual, segundo o impetrante, teria ferido seu direito, negando-se a determinar que o impetrante, aluno aprovado no concurso vestibular da UFPE, sem ter concluído ainda o Ensino Médio, seja submetido a realização de exame supletivo especial, mesmo não tendo 18 (dezoito) anos de idade, vindo esta realtoria a conceder a segurança.

Em suas razões, de fls. 75/85, aduz o agravante que não há qualquer prova da negativa alegada pelo impetrante/agravado, de que fora negado seu direito de realizar o exame supletivo, em regime especial, e ainda aponta para inexistência do direito postulado, argumentado que o direito de menores emancipados para os atos da vida civil não se aplica a prestação de exames supletivos.

Entendo por não exercer o juízo de retratação e apresento o presente recurso para julgamento nesta Segunda Câmara de Direito Público.

É o relatório.

Recife, 25 / 04 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães**  
**Relator**



**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

**Agravo Regimental nº 0301106-7**

**Agravante:** Estado de Pernambuco

**Procurador:** Antônio Figueiredo Guerra Beltrão

**Agravado:** Pedro Buril Saraiva Lins

**Advogado:** Bruna Campelo Dionísio

**Relator:** Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

Meritoriamente, tenho que a decisão vergastada deve ser mantida pelos seus próprios fundamentos. Assim, no caso em apreço, entendo, ao menos neste juízo de cognição sumária, não merecer albergue a postulação do agravante, uma vez que se afiguram presentes os requisitos autorizadores a concessão da medida liminar, quais sejam, a relevância dos fundamentos demonstrados e a possibilidade de ineficácia da medida se concedida apenas ao final da demanda, senão vejamos.

Depreende-se dos autos que o edital do certame, Vestibular 2013 da UFPE, estabelece como item obrigatório que o candidato tenha cursado e apresente certificado de conclusão do Ensino Médio, mas não exige a idade mínima de 18 anos para ingresso na universidade, e por outro lado, aos candidatos ao Exame Supletivo, constitui causa eliminatória do processo seletivo a idade mínima de 18 anos completos na data da matrícula, de forma que o candidato não incluído nesta faixa etária no momento da matrícula estaria automaticamente excluído, como no caso em apreço.

Em análise dos autos, é certo que, com o advento da Constituição Federal de 1988, tornou-se obrigatória a aprovação prévia em concurso público para o provimento de quaisquer cargos ou empregos na Administração (Direta e Indireta), a qual, segundo os ensinamentos de Hely Lopes Meirelles, "(...) *é livre para estabelecer as bases do concurso e os critérios de julgamento, desde que o faça com igualdade para todos os candidatos, tendo, ainda, o poder de a todo tempo, alterar as condições e requisitos de admissão dos concorrentes, para melhor entendimento do interesse público*"<sup>1</sup>.

<sup>1</sup> Meirelles, Hely Lopes, Direito Administrativo Brasileiro, 17ª edição, p. 376.

94  
8



95  
8

**Poder Judiciário**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**Gabinete do Desembargador José Ivo de Paula Guimarães**  
**SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Entretanto, no caso em concreto, por analogia, observo que o critério eliminatório fixado no edital não se mostra razoável e proporcional ao alcance do interesse público, uma vez que o fato da agravada mesmo não tendo 18 (dezoito) anos de idade, caso apresentasse o certificado de conclusão de Ensino Médio, estaria apto a cursar Direito, como previsto no instrumento convocatório do certame com base na Lei nº 9.394/96).

Contrariamente, por outra banda, não possui direito a se submeter ao Exame Supletivo, por não ter 18 anos completos, o que se concluiu que o fator idade não tem o condão de impedir o bom desempenho das atribuições atinentes ao curso disputado na Universidade Federal de Pernambuco, e é causa incapacitante para cursar o Supletivo.

Ademais, tendo em vista que, a teor do disposto na Constituição Cidadã, verifico, ao menos nesta seara de apreciação perfunctória, que o dispositivo que estabelece a restrição etária para o ingresso no Exame Supletivo reputa-se sem base lógica, haja vista que o Exame consiste em aferir o nível intelectual, e se o candidato aprovado depois desta aferição está apto a portar o Certificado de Ensino Médio, não há nenhuma lógica pertinente atrelar a idade do candidato a possibilidade de obter tal certificado, contradizendo a possibilidade legal, que permite a emancipação de menores.

Manifesta a presença da fumaça do bom direito para o agravado pelos fundamentos acima expostos, verifico também presente em sentido inverso, para o recorrido, o risco de dano irreparável ou de difícil reparação acaso não concedido o provimento liminar ora requestado, uma vez que se for retardado a liminar almejada, tornará inócua qualquer decisão posterior que lhe venha a ser favorável.

Feitas essas considerações, voto pelo improvimento do presente Agravo Regimental, com a manutenção da decisão fustigada em todos os seus termos.

É como voto.

Recife, 25 / 04 / 2013.

**Des. José Ivo de Paula Guimarães – Relator**



**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO  
GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO  
2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO

AGRAVO REGIMENTAL Nº: 301106-7  
AGRAVANTE: Estado de Pernambuco  
AGRAVADO: Pedro Buril Saraiva Lins  
RELATOR: Des. José Ivo de Paula Guimarães

**VOTO**

No tema, tenho por legítima (porquanto proporcional, adequada e coerente com o sistema nacional de cursos e exames supletivos), a idade mínima exigida pelo art. 38 da Lei nº 9.394/94.

Dito sistema tem a sua coluna vertebral estrutura nos artigos 37 e 38 da (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), *verbis*:

“Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”.

§ 1º Os sistemas de ensino assegurarão gratuitamente aos jovens e aos adultos, que não puderam efetuar os estudos na idade regular, oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames.

§ 2º O Poder Público viabilizará e estimulará o acesso e a permanência do trabalhador na escola, mediante ações integradas e complementares entre si.

§ 3º A educação de jovens e adultos deverá articular-se, preferencialmente, com a educação profissional, na forma do regulamento. (Incluído pela Lei nº 11.741, de 2008)

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I - no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II - no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames.

Parece-me claro que os cursos e os exames supletivos têm como “clientela” natural “àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria”, o que não se afigura ser o caso do autor.

De todo modo, a Instrução de Serviço (estadual) que regulamenta o *Exame Supletivo em Esquema Especial*, consigna, em seu art. 1º, que a “clientela” do referido *esquema especial* é composta pelos estudantes que, aprovados em seleção para vestibular, tenham sido reprovados “em Componentes da Base Nacional Comum no último ano do Ensino Médio”.

Não logrei visualizar evidência de que essa hipótese contemple a situação do agravante.



**PODER JUDICIÁRIO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GABINETE DES. FRANCISCO BANDEIRA DE MELLO**  
**2ª CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO**

Ademais disso, parece-me - neste juízo prefacial, não exauriente - que a pretensão do agravante tem, como premissa implícita, a *fungibilidade* entre os sistemas normal e supletivo, independentemente de idade, de modo a admitir-se que os menores de 18 anos, muito embora possam concluir normalmente o ensino médio, possam "atalhar" a conclusão dessa etapa mediante submissão e aprovação no exame correspondente ao supletivo.

Essa é a questão que subjaz à lide ora análise, sendo a meu ver irrelevante, do ponto de vista jurídico, que esse "atalho" tenha o propósito de antecipar o ingresso em curso superior.

Nesse cenário, não enxergo irrazoabilidade no limite etário posto no art. 38 da (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional) - que, por óbvio, goza da presunção de constitucionalidade - posto que tenho por conforme com a ordem natural das coisas (e com o próprio interesse social, coletivo) limitar o acesso ao *regime especial* (do exame supletivo) àqueles que não tiveram condição ou oportunidade de, na época própria, receber ensino regular.

Filho-me, por isso, à corrente jurisprudencial retratada nos aresto seguinte:

ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. MATRÍCULA. ENSINO MÉDIO INCONCLUSO. CERTIFICADO OBTIDO MEDIANTE EXAME SUPLETIVO. MENOR DE 18 ANOS. DIREITO. INEXISTÊNCIA.

1. A aprovação em concurso vestibular só garante ao aluno a matrícula na instituição de ensino superior se já houver concluído o ensino médio, ante os expressos termos do art. 44, II, da Lei nº 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação).

2. Hipótese em que a impetrante não apresentou a documentação exigida, pois tinha, na época do cadastramento, inconcluso o ensino médio.

3. A obtenção de certificado de conclusão do ensino médio, mediante a prestação de curso supletivo, após a aprovação no vestibular, não legitima ao menor de 18 anos o ingresso em curso de graduação, pois contraria a concepção do exame supletivo e vulnera o disposto na Lei nº 9.394/96 (art. 38, parágrafo 1º, II). Precedentes do eg. STJ e deste Regional.

4. Apelação improvida.

(PROCESSO: 00004086420114058201, AC528161/PB, DESEMBARGADOR FEDERAL LUIZ ALBERTO GURGEL DE FARIA, Terceira Turma, JULGAMENTO: 22/09/2011, PUBLICAÇÃO: DJE 03/10/2011 - Página 116)

Nesses termos, peço vênica para **dar provimento** ao **Regimental**.

Recife, 11 de abril de 2013.

  
**Des. Francisco Bandeira de Mello**



101  
90

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO**  
**GERÊNCIA DE TAQUIGRAFIA**

SEGUNDA CÂMARA DE DIREITO PÚBLICO – 25 04 2013

AGRAVO REGIMENTAL Nº 301106-7 – RECIFE

AGRAVANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

AGRAVADO: PEDRO BURIL SARAIVA LINS

RELATOR: DESEMBARGADOR JOSÉ IVO DE PAULA GUIMARÃES

RELATÓRIO CONSTANTE NA FL. 93 DOS AUTOS.

---

VOTO DO RELATOR NAS FLS. 94-95 DOS AUTOS.

---

DESEMBARGADOR GABRIEL DE OLIVEIRA CAVALCANTI

Eu acompanho o relator.

---

O VOTO DO DESEMBARGADOR BANDEIRA DE MELLO SE ENCONTRA  
NAS FLS. 96-97 DOS AUTOS.

---

DECISÃO:

“POR MAIORIA DE VOTOS, NEGOU-SE PROVIMENTO AO REGIMENTAL,  
NOS TERMOS DO DES. RELATOR”.

---